

[Trabalho 1022]
APRESENTAÇÃO ORAL

*LUCAS CAMPIO PINHA; MARIA ISABEL DA SILVA AZEVEDO ALVIM; GLAUCO RODRIGUES CARVALHO; GUILHERME FONSECA TRAVASSOS.
UFV, VIÇOSA - MG - BRASIL; UFJF, JUIZ DE FORA - MG - BRASIL; EMBRAPA GADO DE LEITE, JUIZ DE FORA - MG - BRASIL;*

**A ATUAÇÃO BRASILEIRA NO COMÉRCIO INTERNACIONAL DE LÁCTEOS
ENTRE 2000 E 2010**

THE BRAZILIAN INTERNATIONAL DAIRY TRADE BETWEEN 2000 AND 2010

Grupo de Pesquisa: Comércio Internacional

Resumo: O presente trabalho analisa a atuação do Brasil no comércio internacional de lácteos entre 2000 e 2010. Considerando que o mercado internacional de derivados lácteos ainda é muito tímido, representando entre 5% e 7% do total produzido no mundo, o Brasil conseguiu entre 2000 e 2008 se inserir neste mercado como exportador, algo inédito na história do País. Com uma conjuntura favorável, o Brasil elevou suas exportações, principalmente de leite em pó, e em 2008 registrou o maior superávit na balança comercial de lácteos já apresentado pelo País. Com a crise internacional no final de 2008, a conjuntura favorável se desfez e nos dois anos posteriores o mundo viveu um período de recessão, o que foi suficiente para que as exportações brasileiras de lácteos recuassem fortemente, trazendo de volta o rótulo de importador líquido que o Brasil historicamente possui. Por um questionário aplicado, verificou-se que a valorização cambial, o custo da matéria prima e as barreiras tarifárias são os principais entraves às exportações brasileiras de lácteos. A partir disto, considera-se importante verificar como o Brasil poderia se inserir novamente neste mercado, sem estar tão sujeito às conjunturas favoráveis e se tornando estruturalmente exportador líquido de lácteos.

Palavras-chaves: Comércio Internacional. Mercado de Lácteos. Exportações e Importações de Lácteos. Competitividade.

Abstract: This paper analyzes Brazil's performance in international trade in dairy products between 2000 and 2010. Considering the fact that the international market of dairy products is very shy, representing between 5% and 7% of total production in the world, Brazil could between 2000 and 2008 enter in this market as an exporter, something unprecedented in the history of the country. With a situation favorable, Brazil increased its exports, mainly of milk powder, and in 2008 recorded the highest trade



surplus of milk of its history. With the international crisis in late 2008, the favorable situation was gone and two years later the world experienced a period of recession, which was enough for Brazilian exports of dairy back off strongly, bringing back the label of a net importer that Brazil has historically. With a questionnaire, it was found that the exchange rate valuation, the cost of raw materials and tariff barriers are the main barriers to Brazilian exports of dairy products. From this, it is important to check how Brazil could re-enter this market without being subject to such favorable conjunctures and becoming a net exporter of dairy products.

Key Words: International Trade. Dairy Market. Exports and Imports of Dairy Products. Competitiveness.

1. INTRODUÇÃO

O setor lácteo mundial evoluiu muito no século XX e no início do século XXI. Até a crise mundial em 2008, a produção e comercialização de lácteos se tornavam a cada dia mais representativas para o suprimento de cada nação, seja destinado para o consumo interno, seja para o comércio internacional. Porém, ainda que os valores de exportação e importação de lácteos dos países tenham crescido com o tempo, a produção ainda é bastante voltada para o consumo interno, com apenas cerca 5% a 7% da produção mundial destinada às transações internacionais. Com isso, há espaço para um grande crescimento no mercado mundial de leite e derivados, e alguns países tem aproveitado essa oportunidade para se consolidar cada vez mais como um *player* no cenário internacional (LEITE; CARVALHO, 2009).

Ser um país competitivo nas transações internacionais é uma questão bastante complexa, pois envolve praticamente todos os segmentos da economia, desde produtores primários, indústria de transformação, sistemas de transportes, políticas públicas, barreiras ao comércio, além da demanda/oferta externa que também sintetiza todos esses fatores. No caso de lácteos, esta questão é ainda mais complicada, já que tratam de produtos altamente perecíveis na maioria dos casos, além de serem produtos que podem facilmente fugir dos padrões de qualidade exigidos pelos países importadores.

O Brasil é, historicamente, um importador líquido de lácteos. Segundo Yamaguchi, Martins e Carneiro (2001), de 1970 a 1999 o País apresentou consumo de lácteos maior que a oferta, cabendo ao governo e às indústrias compensar estes déficits realizando importações. Os autores ainda afirmam que as importações de lácteos, em equivalente litro de leite (quantidade necessária de leite para produzir os derivados), cresceram 10,2% ao ano entre 1970 e 1999, devido principalmente à interferência do governo no mercado lácteo até 1991, o que desincentivava o desenvolvimento do setor, e aos ganhos de renda da população com o Plano Real a partir de 1994.

A partir do ano 2000, a situação começou a mudar. O Brasil conseguia elevar suas exportações de derivados lácteos ano após ano, principalmente do leite em pó, até que em 2004 registra seu primeiro superávit na balança comercial de lácteos. Em 2005 o superávit se manteve, diminuindo ligeiramente no ano seguinte, mas em 2007 retomou o crescimento e em 2008 registrou o maior superávit já conquistado pelo Brasil nas transações internacionais de derivados lácteos. Porém, no final de 2008 eclodiu a crise nos Estados



Unidos, gerando sérias consequências em todas as partes do mundo, principalmente no que se refere ao desemprego, escassez de crédito, estagnação de investimentos e diminuição de consumo durante o ano de 2009. No Brasil a situação não foi diferente, fazendo com que o país voltasse a ter déficit na balança comercial de lácteos em 2009, e no ano seguinte ampliasse as importações e reduziu suas exportações de derivados lácteos, culminando em um incremento do déficit.

2. METODOLOGIA

O presente trabalho se propõe a analisar os fatores que permitiram a evolução do Brasil como exportador de lácteos entre 2000 e 2008, e como a crise internacional afetou a competitividade brasileira em 2009 e 2010, voltando a trazer para o País o rótulo de importador líquido de lácteos. Entende-se que esta análise é importante no sentido de que, visto que entre 2000 e 2008 o mundo vivia um período de intenso desenvolvimento, a conjuntura estava favorável para o crescimento e desenvolvimento das cadeias produtivas e das transações internacionais, mas a crise mundial reverteu esta conjuntura favorável. O Brasil, que não é historicamente e nem estruturalmente exportador de lácteos, não conseguiu manter o superávit na balança comercial destes produtos com as consequências da crise.

No terceiro capítulo, investigam-se as mudanças estruturais que o setor lácteo brasileiro apresentou, lhe permitindo concentrar e aumentar a produção com maior qualidade do produto e participação ativa de multinacionais. Também é analisada a conjuntura favorável às exportações brasileiras de lácteos, com o País apresentando excedente de produção de leite, a economia mundial com preços internacionais favoráveis e demanda externa aquecida. Para isto, são utilizados dados de fontes nacionais, como os disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para produção de leite e rebanho, e pelo sistema Aliceweb para as exportações brasileiras de lácteos. Para os preços internacionais de leite em pó, os dados são obtidos no USDA. No quarto capítulo, verifica-se como a crise mundial afetou a balança comercial brasileira de lácteos com base nas informações econômicas disponibilizadas pelo Fundo Monetário Internacional e pelo UNCOMTRADE. Já no quinto capítulo é apresentado o resultado da aplicação de um questionário para o total de oito empresas, questionando o que os representantes consideravam como maiores entraves à exportação de lácteos. Para a análise do câmbio, os dados foram retirados do Banco Central, enquanto para o custo da matéria prima e barreiras tarifárias foi feita uma breve revisão na literatura referente aos temas. Por fim, são realizadas as conclusões do trabalho.

3. A EVOLUÇÃO DO BRASIL NO COMÉRCIO INTERNACIONAL DE LÁCTEOS COMO EXPORTADOR LÍQUIDO

3.1 Transformações recentes na cadeia de lácteos brasileira e a conjuntura favorável

No final do século XX, o setor lácteo nacional observou as principais modificações que alterariam de forma expressiva o cenário nacional de leite e derivados. Após meio século de poucas mudanças, em grande parte explicadas pela forte intervenção do governo no mercado de lácteos, a cadeia produtiva do leite começa, no início dos anos 90, a



experimental profundas transformações em todos seus segmentos, da produção ao consumo (GOMES, 2001).

Em 1991, ocorre o fim do tabelamento de preços de lácteos que perdurou por 46 anos no Brasil. O tabelamento tinha por objetivo proteger os consumidores contra elevações nos preços das cestas básicas, além de garantir um nível razoável de renda para os produtores (GOMES; LEITE, 2001). Bortoleto et al (1997) *apud* Santos e Vilela (2000) comentam que é consenso que o tabelamento de preços teve efeitos nefastos na cadeia produtiva do leite no Brasil, visto que desestimulava os investimentos na produção, causava dependência das importações e fortalecia o mercado informal.

A abertura comercial realizada no governo Collor no início da década de 90 também afetou a cadeia produtiva do leite no Brasil. Esta propiciou um fluxo intenso de capitais externos que aumentaram os investimentos diretos externos, o que foi responsável pela onda de fusões e aquisições que assolou o setor (CARVALHO, 2005a).

Em 1994 foi colocado em prática o Plano Real, quando o governo conseguiu combater o principal problema da economia brasileira por décadas, a hiperinflação. Com isto, a população passou a ter maior poder de compra, apesar da demanda por lácteos ser de natureza inelástica, o consumo se eleva com uma maior renda disponível das famílias. Com o câmbio sobrevalorizado, verificou-se um forte aumento nas importações de leite e derivados nos anos posteriores.

Estes fatores fizeram com que o setor lácteo nacional repensasse o modo de agir frente ao novo panorama que estava sendo consolidado. A competitividade na produção e comercialização de lácteos teria que evoluir em um ritmo acelerado para que o País se sobressaísse frente a forte concorrência que se estabelecia. Por isto, a partir dos anos 90 foi verificado um processo de concentração da produção de leite no país, já que diversos pequenos produtores não estavam conseguindo competir no novo cenário. Segundo Gomes (2001), a redução do número de produtores nos anos 90 corresponde a taxas que variaram de 10% a 17% ao ano. O autor ainda afirma que a redução do número de produtores se aprofundou após 1998, em razão da coleta de leite a granel e do resfriamento de leite na fazenda, mecanismos que estavam sendo amplamente difundidos e deveras custosos para pequenos produtores.

As multinacionais se inseriram em definitivo no País, realizando fusões e aquisições que permitiram maior evolução na eficiência produtiva. Netto et al (2004) ressalta que apesar das cooperativas de leite ainda representarem um papel importante por estarem presentes em todo o território nacional, elas não conseguiram se adaptar em um curto espaço de tempo às transformações ocorridas nos anos 90, o que permitiu maior presença das multinacionais.

Com isto, os resultados obtidos nos primeiros anos do século que se iniciava deram margem à inserção do Brasil como exportador de lácteos no mercado internacional. A conjuntura mundial, juntamente com melhorias do próprio setor, fizeram com que entre 2000 e 2008 o Brasil experimentasse seu período mais importante como fornecedor de derivados lácteos para o mundo. A combinação de três diferentes aspectos foram fundamentais para tal feito: disponibilidade interna de matéria prima, preços internacionais atrativos e demanda externa aquecida.

3.1.1 Excedente de matéria prima



A produção de leite no Brasil no período analisado saiu de 19,8 bilhões de litros em 2000 para 27,6 bilhões de litros em 2008, o que representa um crescimento de cerca de 40% e uma taxa anual média 4,2% (IBGE, 2011). Com isso o Brasil se situou na sexta posição entre os maiores produtores mundiais de leite, atrás de Estados Unidos, Índia, China, Rússia e Alemanha, e contribuiu com cerca de 5% de todo o leite de vaca produzido no mundo em 2008 (FAOSTAT, 2011). É importante destacar que ao mesmo tempo em que a produção evoluiu 40% entre 2000 e 2008, o número de vacas ordenhadas cresceu 21%, alcançando cerca de 21,6 milhões de cabeças no último ano, o terceiro maior rebanho do mundo (Tabela 1).

Tabela 1. Produção de leite, rebanho e produtividade no Brasil

	Produção de leite (mil litros)	Rebanho (cabeças)	Produtividade (litros/vaca/ano)
2000	19.767.206	17.885.019	1.105
2001	20.509.953	18.193.951	1.127
2002	21.642.780	18.792.694	1.152
2003	22.253.863	19.255.642	1.156
2004	23.474.694	20.022.725	1.172
2005	24.620.859	20.625.925	1.194
2006	25.398.219	20.942.812	1.213
2007	26.133.913	21.122.273	1.237
2008	27.579.383	21.599.910	1.277

Fonte: IBGE (2011)

Isto demonstra que as transformações condizentes ao setor lácteo nacional foram benéficas em termos de aumento de produtividade de leite por vaca. Em 2000, a produtividade no Brasil era de 1.105 litros/vaca/ano, e chegou a 1.277 litros/vaca/ano no ano de 2008, o que representa um aumento de cerca de 16% (Tabela 1). Segundo Barros e Filho (2010), estes valores de produtividade estão muito aquém dos valores registrados pelos maiores exportadores de lácteos. O Brasil ocupa a décima posição do *ranking* elaborado pelo United States Department of Agriculture (USDA), enquanto países como Austrália, Argentina e Nova Zelândia ocupam a quarta, quinta e sexta posições, respectivamente. De todo modo, foi uma evolução necessária para que as indústrias nacionais obtivessem matéria prima para suprir a demanda nacional e elevar as exportações de derivados lácteos.

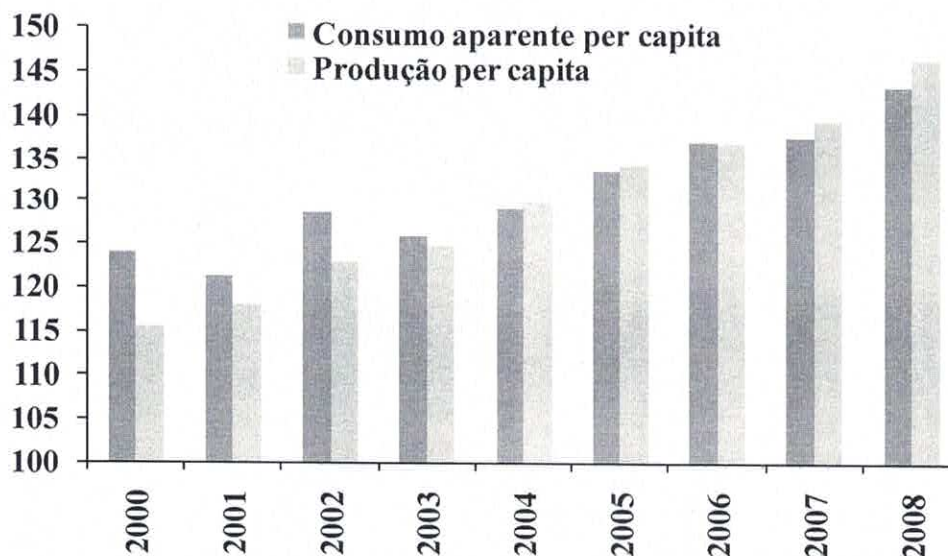
O aumento da demanda interna foi um grande incentivo ao crescimento da produção. De acordo com Carvalho (2007b), os principais direcionadores para o consumo de lácteos são o crescimento da população, mudança nos hábitos de consumo e evolução da renda. Segundo dados da FAOSTAT (2011), a população brasileira teve um crescimento expressivo entre 2000 e 2008, cerca de 10,2%, e superou os 190 milhões de habitantes. Com indústrias mais competitivas e profissionalizadas, era natural que os investimentos em *marketing* e propaganda aumentassem no País, mostrando com maior



vigor para a população os benefícios de se consumir derivados lácteos. Porém, o principal fator que permitiu o aumento no consumo de lácteos foi o aumento da renda. A primeira década do século XXI no País foi marcada por políticas que visavam a redistribuição de renda e a erradicação da pobreza. Ações como a criação e ampliação de programas como Bolsa Família e Fome Zero afetaram sensivelmente o poder de compra da população de baixa renda, permitindo que as famílias tivessem mais recursos e refletindo no aumento do consumo de alimentos. De acordo com Néri (2008), em 2008 a classe C ultrapassou a classe D/E como a maior do Brasil, registrando um incremento de cerca de 26 milhões de pessoas entre 2003 e 2008.

O aumento na demanda por lácteos foi um incentivo ao aumento da produção, e apesar do primeiro ter registrado crescimento significativo, com o decorrer dos anos foi havendo excedente de leite equivalente no País, ou seja, a produção *per capita* passava a superar o consumo interno *per capita*. Em valores *per capita*, o consumo aparente em litros de leite equivalente cresceu 15,5% entre 2000 e 2008 e alcançou cerca de 143 litros/habitantes, o que corresponde à uma taxa anual de 2,1% ao ano, ao passo que a produção *per capita* cresceu 26,7%, equivalente a um aumento anual de 3,4% e em 2008 atingiu 146 litros/habitante. Portanto, a partir de 2004, o excedente de leite foi uma realidade no Brasil (Figura 1).

Figura 1. Consumo e produção *per capita* no Brasil, em litros equivalente.



Fonte: Banco de dados Embrapa Gado de Leite

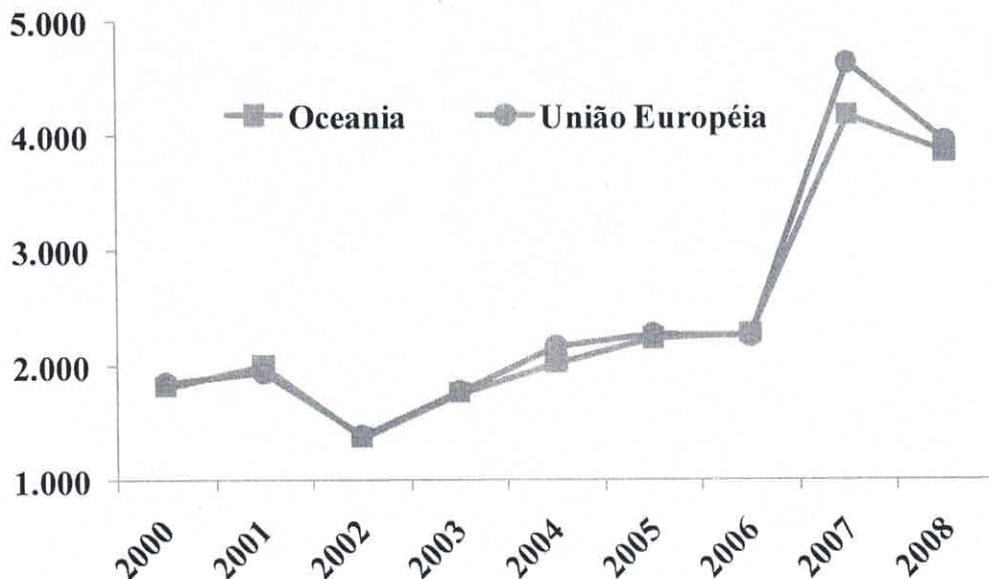
3.1.2. Alta dos preços internacionais de lácteos e o incentivo para exportação

O alto grau de protecionismo aplicado pelos países ao mercado lácteo mundial faz com que, além de possuir os problemas comuns a todos os produtos agropecuários transacionados, ainda apresente essa série de distorções que aumentam a volatilidade dos preços internacionais. Visto que metade do leite em pó integral produzido é comercializado mundialmente, os preços internacionais deste produto se tornaram referência no mercado



lácteo mundial (SIQUEIRA; ALMEIDA, 2010a), e sendo a União Européia e a Oceania os continentes que mais exportam este derivado, seus preços de leite em pó são as principais referências para a exportação. O leite em pó integral é o principal derivado lácteo exportado pelo Brasil, e por isso suas vendas estão diretamente relacionadas aos preços internacionais destes dois continentes.

Figura 2. Preços internacionais de leite em pó, em US\$/tonelada.



Fonte: United States Department of Agriculture (2011)

Analisando as médias anuais, confirma-se a evolução dos preços internacionais de leite em pó integral a partir de 2002, atingindo o ápice no ano de 2007, com US\$ 4.190,63 a tonelada na Oceania e US\$ 4.948,54 a tonelada na União Européia (Figura 2). A elevação dos preços internacionais foi influenciada tanto pela oferta quanto pela demanda de produtos lácteos. Pela oferta, em 2007 ocorreram crises de produção na Argentina, Austrália e União Européia, países tradicionalmente exportadores de derivados lácteos (MEZZADRI, 2008), ao mesmo tempo em que a demanda mundial crescia consideravelmente, elevando os preços internacionais de *commodities* a patamares altíssimos e refletindo nos preços internacionais de leite em pó.

3.1.3 Demanda externa aquecida

Até a crise financeira em 2008, observava-se um crescimento expressivo da economia mundial. O mundo presenciou um período importante de aumento de renda, emprego, investimentos, fluxos de capital e transações internacionais. Segundo o Fundo Monetário Internacional (2011), os países emergentes foram os principais responsáveis pela guinada de crescimento econômico registrado no período, apresentando taxas próximas de 9% em 2006 e 2007. As economias desenvolvidas também apresentaram taxas consideráveis de crescimento, desacelerando em 2008 por consequência da crise.

O crescimento econômico mundial modificou o panorama econômico dos países e a consequente demanda mundial por lácteos. Segundo os mesmos direcionadores de



consumo citados por Carvalho (2007b), a população mundial cresceu próximo de 12,5% entre 2000 e 2008 e alcançou 6,7 bilhões de pessoas, sendo que Ásia e África são os continentes que registram maiores crescimentos demográficos (FAOSTAT, 2011). As mudanças nos hábitos de consumo podem ser verificadas pelo processo de urbanização que vem ocorrendo no mundo, especialmente em países em desenvolvimento como China e Índia. Com mais pessoas nascendo em centros urbanos, além do grande êxodo rural que ocorre em diversos países em consequência do desenvolvimento econômico, há uma pressão sobre o consumo de alimentos. A população urbana mundial cresceu 18% nos anos analisados frente um crescimento de cerca de 4% da população rural, e os continentes que tem verificado o fenômeno da urbanização mais acentuadamente são Ásia e África (FAOSTAT, 2012)

Por fim, com relação ao aumento na renda da população mundial, esta foi intensa se verificado o crescimento do PIB per capita real. Segundo o World Bank Group (2011), o PIB *per capita* mundial em 2000 era de cerca de US\$ 5.300, passando para US\$ 6.052 oito anos depois, o que configura um crescimento de 14,3% ou 1,7% ao ano. Portanto, os principais direcionadores para o aumento da demanda de lácteos estavam favoráveis nos primeiros anos do século XXI, o que abriu novos caminhos para países já tradicionais nas exportações de lácteos e também para países que desejavam se inserir neste mercado.

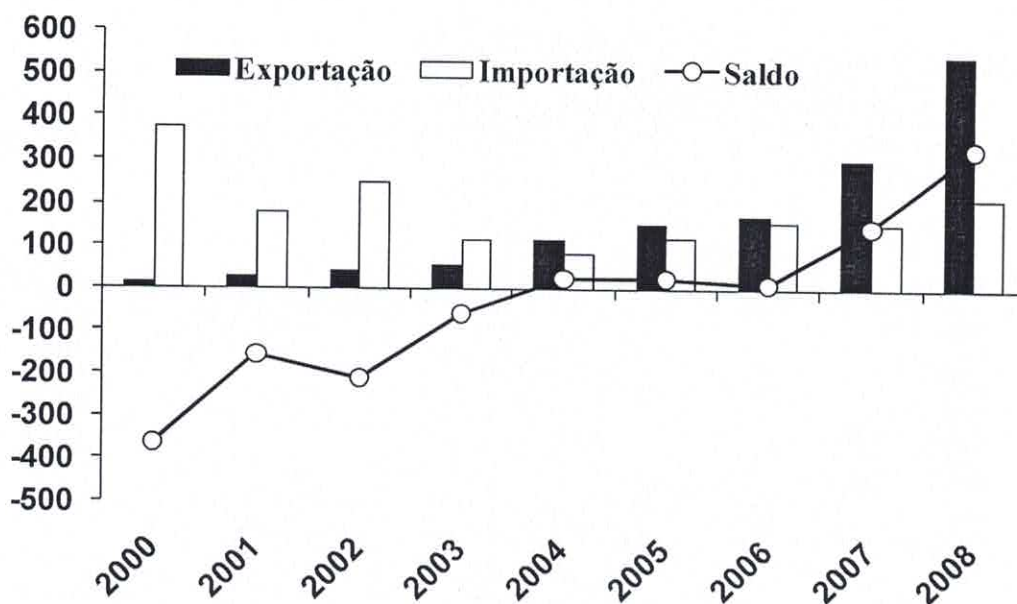
3.2 De 2000 a 2008, o período áureo das exportações de lácteos

Para Santini, Pedra e Pigatto (2009):

“após 1999, com a desvalorização da moeda nacional frente ao dólar, somado ao pequeno crescimento da economia brasileira e a elevada carga tributária, com reflexos negativos sobre as margens da indústria, fez com que as empresas e cooperativas do setor despertassem interesse pela busca de oportunidades em novos mercados. Neste momento, as importações de produtos lácteos passaram a ser desestimuladas, ao passo que as exportações passaram a ser mais expressivas em todos os setores da economia (CARVALHO; CARNEIRO; STOCK, 2006). Assim, foi a partir do ano de 2000 que as exportações brasileiras de produtos lácteos começaram a se tornar mais significativas (SANTINI; PEDRA; PIGATTO, 2009, p. 4).

Em 2000, a balança comercial de lácteos brasileira registrou um déficit de 360,1 milhões de dólares, com uma exportação pouco representativa de US\$ 13,9 milhões. A partir deste ano, as exportações cresceram cada vez mais em comparação com as importações e no ano de 2004 ocorreu o primeiro superávit na balança comercial de lácteos. Em 2006, apesar das exportações terem crescido 12% frente 2005, as importações aumentaram em 28%, o que fez o superávit diminuir para US\$ 13 milhões o país. Todavia, as exportações voltaram a crescer à taxas superiores em 2007 e em 2008 registrou o maior superávit já verificado no Brasil, US\$ 328 milhões. (Figura 3):

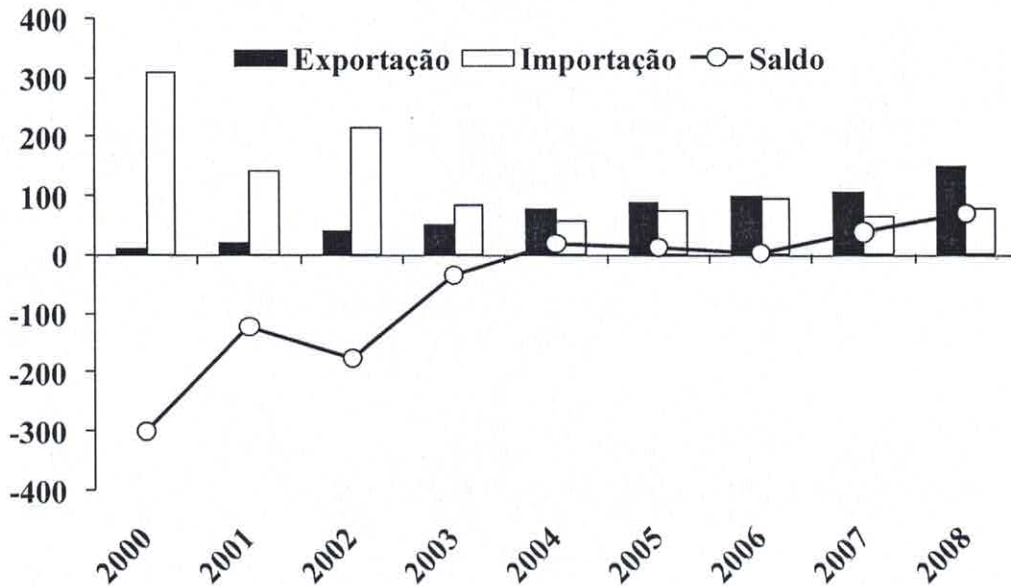
Figura 3. Balança comercial brasileira de lácteos, em US\$ milhões.



Fonte: SISTEMA AliceWeb (2011)

Em volume de produtos transacionados, as exportações cresceram 1.512% em 2008 com relação a 2000 alcançando 148,5 mil toneladas, tendo registrado um leve declínio somente no ano de 2006 e retomando o crescimento nos dois anos posteriores. Novamente, o superávit na balança comercial atingiu seu ápice com 70 mil toneladas de produtos exportados no ano de 2008 (Figura 4).

Figura 4. Balança comercial brasileira de lácteos, em mil toneladas.



Fonte: SISTEMA AliceWeb (2011)

O principal derivado responsável pela evolução das exportações de lácteos e pelo aumento dos superávits foi o leite em pó. Desde 2000, quando o Brasil ganhou na Organização Mundial do Comércio (OMC) o direito de se proteger contra os subsídios e práticas de *dumping* para o mercado lácteo, o País criou uma infraestrutura de produção de leite em pó. Além disso, segundo Siqueira et al. (2010), o leite em pó é o derivado que o Brasil possui maior vantagem comparativa nas exportações.

Com relação aos parceiros comerciais de derivados lácteos que o Brasil transacionou, dois grupos de países merecem destaque: o continente americano e africano. Os países do continente americano foram os principais destinos dos produtos lácteos brasileiros (LEITE; CARVALHO, 2009), o que amenizou até certo ponto os problemas de transporte e distribuição que o País apresenta. A Venezuela caracterizou-se como o principal importador de produtos lácteos brasileiros. Sozinha ela importou cerca de 76 mil toneladas em 2008, o que correspondeu a aproximadamente US\$ 316 milhões, 58 % do total exportado (SISTEMA Aliceweb, 2011). As importações de derivados lácteos brasileiros passaram a evoluir a partir de 2005, após os dois países firmarem um acordo comercial com o objetivo da Venezuela aumentar as margens de preferência dos produtos lácteos brasileiros, e quanto maior as margens de preferência, menores são as alíquotas dos impostos de importação (SIQUEIRA; ALMEIDA, 2010b). Cuba se posicionou como o segundo maior importador de lácteos brasileiro em 2008 com US\$ 24,6 milhões, correspondentes a cerca de 8,3 mil toneladas de produtos.

A África é segundo continente que o Brasil mais vendeu produtos lácteos e o que apresentou maior diversidade de compradores, cerca de 35 países diferentes (LEITE; CARVALHO, 2009). Em 2008, Argélia, Angola e Senegal se destacaram como os maiores importadores de lácteos brasileiros no continente, e segundo Leite (2009), os países da África possuem muitas dificuldades para organizarem a cadeia produtiva láctea, entre



outras a questão da posse da terra, baixa renda *per capita* e sua distribuição, falta de mão de obra especializada e instabilidade política.

4. CRISE ECONÔMICA MUNDIAL E A VOLTA DO DÉFICIT NA BALANÇA COMERCIAL DE LÁCTEOS.

A recessão mundial gerada pela crise econômica no final de 2008 teve repercussão no Brasil e fez com que o setor lácteo nacional assistisse à uma nova mudança no panorama do país com relação às transações internacionais de lácteos. A balança comercial brasileira de lácteos em 2009 voltou a apresentar déficit após cinco anos de superávits consecutivos. As exportações caíram cerca de 70% em valor em comparação com 2008, ao passo que as importações aumentaram 24%, o que resultou em um saldo negativo de US\$ 98 milhões. Em volume, o déficit foi de cerca de 64 mil toneladas (Tabela 2).

Tabela 2. Balança comercial brasileira de lácteos.

	Valor (US\$ milhões)			Volume (mil toneladas)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Exportação	540,9	166,8	155,5	148,6	69,1	58,2
Importação	213,1	264,8	330,3	78,3	133,1	113,1
Saldo	327,7	-98,1	-174,8	70,3	-64,0	-54,9

Fonte: SISTEMA Aliceweb (2011)

O déficit na balança comercial de lácteos se intensificou em 2010, o que levou o Brasil a ter novamente o rótulo de importador líquido de lácteos. As exportações de leite em pó, até então o principal derivado lácteo exportado pelo Brasil, registrou em 2009 um decréscimo de 86%, recuou mais 61% em 2010 e atingiu um valor de cerca de US\$ 20 milhões, correspondentes a 31 mil toneladas, sendo este o pior valor registrado desde 2003 (UNCOMTRADE, 2011). A queda nas exportações deste produto foi o principal responsável pela retomada do déficit na balança comercial, isto porque outros derivados como queijo e leite fluido registraram quedas bem menos expressivas, ao passo que creme de leite e iogurte até mesmo elevaram suas exportações.

O contexto mundial em que estava inserido o Brasil até 2008 favoreceu as elevações das exportações de lácteos. Entretanto, com a crise mundial, a conjuntura internacional que antes beneficiava as vendas de lácteos ao exterior passou a ser empecilho para um País que não possui tradição nas exportações de leite e derivados, além de trazer a tona os problemas endógenos e exógenos que a cadeia produtiva e exportadora do leite no Brasil possui.

4.1. A conjuntura internacional desfavorável

A crise econômica iniciada nos Estados Unidos levou a uma grande instabilidade mundial. Os governos dos países desenvolvidos tiveram que recorrer a ações protecionistas para que empresas não pedissem falência e a economia voltasse a gerar empregos, renda, aumento de consumo, investimento entre outros.



Os dados divulgados pelo Fundo Monetário Internacional (2011) mostram como a crise refletiu na economia mundial. O PIB mundial a preços constantes decresceu 0,5% em 2009, algo que não havia ocorrido desde o início da série disponibilizada pela entidade, que se inicia em 1980. Países desenvolvidos como Estados Unidos, Japão e membros da União Européia foram os principais afetados pela crise, ao passo que o Brasil registrou queda de 0,6%. O crescimento só continuou robusto em países emergentes que tem crescido à taxas expressivas há vários anos e possuem uma enorme demanda interna, como China e Índia.

O comércio exterior foi fortemente afetado pela crise econômica. A queda na demanda mundial fez com que as transações internacionais caíssem drasticamente de 2008 para 2009, interrompendo o ciclo de evolução do comércio internacional que o mundo vivia anteriormente. Com relação ao comércio internacional de lácteos, dados do UN Comtrade (2011) informam que este foi afetado pela crise e as exportações declinaram fortemente. Em 2008, as exportações mundiais de lácteos totalizaram US\$ 63 bilhões, sendo os queijos e o leite em pó os derivados mais transacionados e os países da União Européia e da Oceania os maiores exportadores mundiais. No ano seguinte, as exportações caíram cerca de 26%, chegando a um valor próximo de US\$ 51 bilhões, e no ano de 2010 o comércio internacional de lácteos não demonstrou reação, tendo as exportações alcançado um valor de cerca de US\$ 30 bilhões (UNCOMTRADE, 2011).

Para o Brasil, os altos preços internacionais e a forte demanda externa até a crise mundial compensavam as empresas a se voltarem para as exportações de lácteos, mas o desaquecimento da economia mundial após a crise desincentivou o setor, visto entraves que o País apresenta.

4.2. Principais entraves às exportações de lácteos: opinião das empresas.

Com o objetivo de analisar os principais entraves às exportações de lácteos, foi aplicado um questionário às empresas que participam das vendas de derivados lácteos ao exterior, e por isto têm capacidade de opinar sobre quais os problemas que o Brasil possui são mais significantes e precisam ser sanados para melhorar a competitividade nas transações internacionais destes produtos. Optou-se por manter o sigilo dos entrevistados, bem como as informações individuais das empresas. Por isso, é apresentado o resultado da soma agregada, classificando os itens mais votados e posteriormente sendo realizada uma análise dos três considerados como mais influentes nas exportações de lácteos.

No questionário, foi dada uma lista de fatores que acredita-se que sejam os que mais interferem nas vendas de derivados lácteos ao exterior. Para cada item, o entrevistado teria que atribuir um valor entre 1 e 5 correspondente à sua opinião sobre a interferência do item na competitividade brasileira nas exportações de lácteos. O valor 1 corresponde a nenhuma interferência, os próximos valores vão elevando a importância do item, até chegar ao valor 5, no qual o entrevistado considera o item como muito importante na competitividade brasileira, e se este fator não estiver favorável, torna-se um real entrave às exportações de lácteos.

Oito empresas foram entrevistadas, por isso o máximo que cada item pode atingir é o valor de 40 na soma agregada. Cabe ressaltar que o objetivo do questionário foi classificar os itens por ordem de votos, para que os três mais votados fossem discutidos posteriormente. Portanto, não são realizadas análises estatísticas dos resultados.



Na Tabela 9, são apresentados os resultados dos questionários. A maior soma agregada foi registrada pelo item custo da matéria prima com 38 pontos, 95% do total de pontos que poderiam ser atribuídos. Logo após, a taxa de câmbio foi considerada o segundo maior fator de influência na competitividade brasileira nas exportações de lácteos, com 36 pontos ou 90% do total possível. As barreiras tarifárias apareceram logo em seguida, com 33 pontos ou 82,5% (Tabela 3).

Tabela 3. Resultados da aplicação dos questionários: classificação dos itens pela pontuação recebida.

Fatores	Soma agregada	% do total possível
Custo da matéria prima	38	95%
Taxa de câmbio	36	90%
Barreiras tarifárias	33	83%
Qualidade da matéria prima	32	80%
Barreiras não tarifárias	32	80%
Custos de transporte interno (produtor - indústria)	31	78%
Custos de transporte interno (indústria – porto/aeroporto)	31	78%
Acordos comerciais	31	78%
Custos portuários e aeroportuários	28	70%
Carga tributária	28	70%
Burocracia alfandegária	27	68%
Subsídios de países exportadores	25	63%
Acesso ao financiamento para exportação	20	50%
Outros - Coordenação setorial	5	13%
Outros - Proteção ao mercado interno	5	13%
Outros - Barreiras Sanitárias	4	10%
Outros - Tamanho do mercado mundial	3	8%

Fonte: Dados da pesquisa.

Pela influência que tem o câmbio no custo da matéria prima, optou-se pela seguinte ordem de análise: taxa de câmbio, custo da matéria prima e barreiras tarifárias.

4.2.1. Valorização cambial

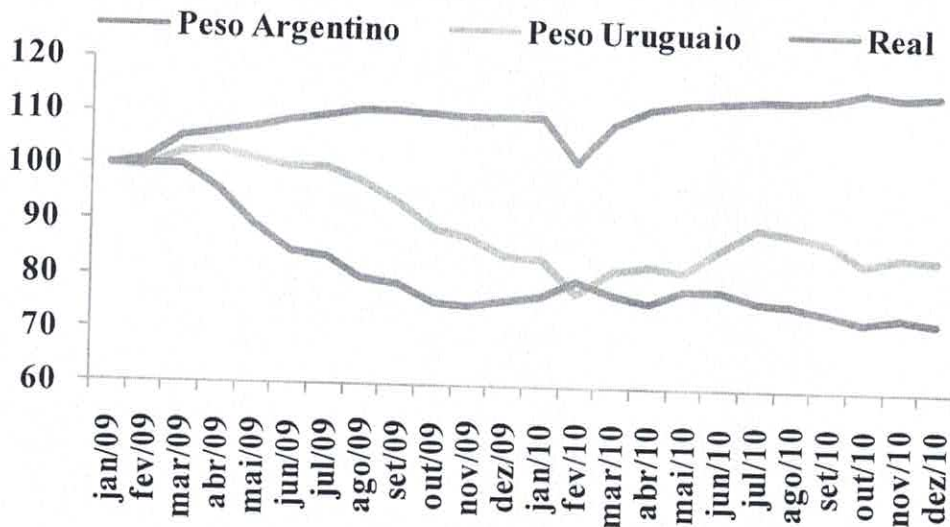
Com o crescimento robusto da economia brasileira nos primeiros anos do século XXI, viu-se um forte processo de valorização do real frente ao dólar, maior do que a maioria das moedas de países concorrentes. De acordo com Carvalho (2011c), a principal causa da apreciação do câmbio brasileiro é a alta demanda por *commodities* produzida pelo país, além das boas perspectivas de crescimento da economia doméstica e os elevados juros praticados, o que atrai ainda mais capital externo. Porém, os altos preços internacionais praticados na economia compensavam a perda de competitividade no câmbio, algo que não se manteve após a crise econômica mundial.

Comparando a trajetória do câmbio nominal brasileiro após a crise econômica com seus principais concorrentes nas exportações de lácteos no continente, Argentina e



Uruguai, verifica-se a magnitude da perda de competitividade. No início de 2009, a taxa de câmbio nominal brasileira flutuava em torno de 2,30 R\$/US\$, mas já em dezembro do mesmo ano registrou uma valorização de 24%. Em 2010, a tendência de valorização do real se manteve e no fim do ano foi verificada uma valorização de cerca de 31% frente janeiro de 2009, alcançando 1,69 R\$/US\$, ou seja, em 2 anos perdeu-se praticamente um terço da competitividade brasileira nas exportações pela valorização cambial (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011). O Uruguai apresentou uma valorização bem menos significativa neste período, em torno de 15%, e a Argentina inclusive ganhou competitividade nas exportações com a desvalorização do peso argentino em cerca de 15% frente ao dólar americano. (Figura 5).

Figura 5. Variação mensal das taxas de câmbio nominais, em número-índice.



Fonte: Banco Central do Brasil, elaboração dos autores.

Deve-se ressaltar que o câmbio é um fator de competitividade exógeno ao mercado lácteo, ou seja, não há como as empresas que exportam terem influência na valorização ou desvalorização do câmbio, cabendo a elas saberem como atuar tanto nos momentos benéficos quanto nos períodos adversos.

4.2.2. Custo da matéria prima

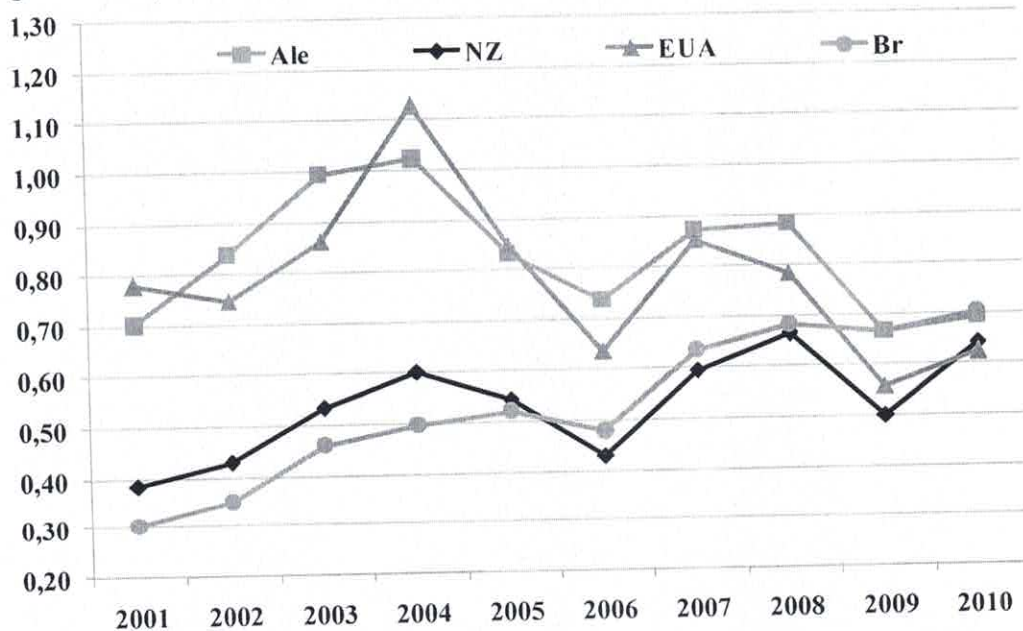
A valorização cambial repercutiu em um dos principais fatores de competitividade brasileira nas exportações de lácteos, o custo da matéria prima para a indústria, que é o preço do leite pago ao produtor. Este, por sua vez, é um fator que a própria cadeia produtiva tem capacidade de melhorar, para que fatores exógenos como o câmbio e os preços internacionais não prejudiquem em demasia quando a conjuntura estiver desfavorável. A valorização do real tornou os preços ao produtor mais caros que em países concorrentes, diminuindo sensivelmente a vantagem competitiva neste quesito.

Em Carvalho (2011c) é analisada a trajetória do preço ao produtor do Brasil, comparando com grandes *players* no mercado internacional de lácteos, em valores já



convertidos para o real. Em 2001, tinha-se no Brasil o menor preço ao produtor entre Alemanha, Estados Unidos e Nova Zelândia, com cerca de R\$ 0,30 do litro de leite, porém este valor foi paulatinamente se elevando e em 2007 e 2008, período de maior exportação brasileira de lácteos, já figurava entre R\$ 0,60 e R\$ 0,70 o litro. Todavia, os altos preços internacionais compensavam o alto custo da indústria com matéria prima. Em consequência da crise mundial em 2008, o real se valorizou ainda mais nos dois anos posteriores, enquanto moedas fortes como o euro e o dólar perdiam força. Isto tornou os preços ao produtor no Brasil ainda maiores, terminando o ano de 2010 com uma média de R\$ 0,70 o litro de leite, maior valor entre os países analisados.

Figura 6. Preço do leite ao produtor, em R\$/litro.



Fonte: Carvalho (2011c)

4.2.3. Barreiras tarifárias

O mercado mundial de lácteos sofre muitas distorções decorrentes de políticas protecionistas adotadas pelos países, seja para assegurar sua posição no comércio internacional, seja para proteger o setor lácteo local. Para Pereira, Teixeira e Gurgel (2010), a Rodada de Doha realizada em Hong Kong no ano de 2008 com o objetivo de reduzir subsídios a produtos agrícolas e tarifas de importação em países desenvolvidos foi um fracasso. Isto porque as barreiras tarifárias ainda são utilizadas em larga escala, e por isto foi escolhida pelos entrevistados como um dos maiores entraves às exportações de lácteos. Em Siqueira et al (2010), são apontados os países que mais aplicam barreiras tarifárias aos produtos lácteos brasileiros. Em geral, são os países desenvolvidos que apresentam as maiores tarifas, sendo o Canadá o País que mais impõe restrições tarifárias para os derivados lácteos brasileiros. De acordo com Hemme et al (2009), países como Canadá e Japão possuem altos custos de produção de leite, por isso utilizam as barreiras



tarifárias para protegerem os produtores e as indústrias locais contra uma invasão de derivados lácteos de outros países.

Este, portanto, é um fator limitante ao acesso do Brasil a novos mercados e um dos principais problemas na inserção definitiva do País no comércio internacional de lácteos como exportador líquido. O problema ainda se agrava pelo fato das barreiras tarifárias serem um fator exógeno ao setor lácteo brasileiro, este não tendo como conseguir melhorias apenas por iniciativas próprias.

5. CONCLUSÃO

Nos primeiros anos do século XXI, o Brasil teve a oportunidade pela primeira vez de se tornar um exportador líquido de lácteos. Como foi analisado, um conjunto de fatores tornou isto possível, o excedente de leite gerado no país, a demanda externa aquecida e os preços internacionais favoráveis. Após a crise econômica, a situação se reverteu e o país voltou a ter o rótulo de importador líquido de lácteos que historicamente possuía. A conjuntura internacional favorável se desfez, com o arrefecimento da demanda e a retração dos preços internacionais de leite em pó, além dos problemas estruturais terem sido expostos. O Custo Brasil, que engloba despesas com burocracia, logística, custos energéticos, entre outros, revela que as empresas são fortemente oneradas por problemas estruturais no país.

Empresas que atuam nas exportações de lácteos opinaram que os dois fatores que mais afetam a competitividade nacional são a taxa de câmbio e custo da matéria prima. O primeiro é um fator completamente exógeno ao setor lácteo nacional, mas o segundo pode ser melhorado por ações próprias da cadeia produtiva, com o melhoramento da produtividade por vaca, redução de custos de manejo, investimento em melhoramento genético, enfim, melhor utilização dos fatores de produção empregados na atividade, como mão de obra, terra e capital investido. Dessa forma, poderiam ocorrer ganhos de competitividade, que por sua vez tenderiam a atenuar os efeitos negativos com a valorização cambial sobre os custos da matéria prima para a indústria. As barreiras tarifárias ficaram em terceiro lugar, e na última negociação da Rodada de Doha para a diminuição de barreiras tarifárias em 2008 pouco foi conquistado. Por isso, cabe ao País buscar novos mercados que estejam mais receptivos aos derivados lácteos produzidos no Brasil. Os problemas de infraestrutura que o Brasil apresenta também são deveras prejudiciais ao setor exportador, já que encarece significativamente o produto final, reduzindo a competitividade. Por isto, maior atenção deveria ser dada à esta questão por parte do governo afim de se ter uma estrutura que incentive a indústria exportadora.

Portanto, cabe à cadeia do leite (produtores, cooperativas, indústrias de transformação) apresentar melhorias em questões que podem ser beneficiadas por iniciativas próprias e obter maior representatividade no governo para conseguir apoio em questões políticas que favoreçam o setor. Deste modo, as consequências de períodos adversos da economia brasileira e mundial seriam minorados, e o Brasil atuaria como exportadores tradicionais, tais como Nova Zelândia e Argentina, que conseguem exportar derivados lácteos mesmo em conjunturas desfavoráveis.

6. REFERÊNCIAS



- BARROS, C.S.R.M.; FILHO, P.S. Perspectivas para o agronegócio do leite – a visão da indústria. In: VILELA, D. et al. Fórum das Américas: leite e derivados. Juiz de fora: Embrapa Gado de leite, 2010.p. 239
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Câmbio e capitais internacionais. 2011. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?CAMBIO>>. Acesso em: 5 de maio de 2011.
- CARVALHO, V. R. F (2005a). Indústria de laticínios no Rio Grande do Sul: um panorama após o movimento de fusões e aquisições. 1º Encontro de Economia Gaúcha. Porto Alegre: FEE, 2005.
- CARVALHO, M.P.(2007b). O aumento do consumo de lácteos no Brasil: desafios e oportunidades. Milkpoint. Piracicaba, São Paulo. 2007.
- CARVALHO, G. R (2011c). Taxa de câmbio e competitividade do leite brasileiro. Panorama do Leite. 2011. Disponível em: <http://www.cileite.com.br/content/taxa-de-c%C3%A2mbio-e-competitividade-do-leite-brasileiro>. Acesso em: 13 de maio de 2011
- FAOSTAT database. FAO, Rome, 2011. Disponível em: <<http://faostat.fao.org/>>. Acesso em: 25 abril. 2011.
- FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL databases. FMI, 2011. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/data.htm>>. Acesso em: 22 abril. 2011.
- GOMES, S.T. Evolução recente e perspectivas da produção de leite no Brasil. In: GOMES, A. T.; LEITE, J. L. B.; CARNEIRO, A. V. O agronegócio do leite no Brasil. Juiz de Fora: Embrapa-CNPGL, 2001. P. 49-61 .
- GOMES, A.T; LEITE, J.L.B.O relacionamento na cadeia agroindustrial do leite para os novos tempos. In: GOMES, A. T.; LEITE, J. L. B.; CARNEIRO, A. V. O agronegócio do leite no Brasil. Juiz de Fora: Embrapa-CNPGL, 2001. P. 139-165 .
- HEMME et al. IFCN Dairy Report 2009, International Farm Comparison Network, IFCN Dairy Report Center, Kiel, Germany. 2009.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acesso em 14 de abril de 2010.
- LEITE, J. L. B. O comércio mundial de lácteos e a participação da África. In: LEITE, J. L. B. et al. (Ed.). Comércio Internacional de Lácteos. 2. ed. rev. e ampl. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2009. p. 299-320.
- LEITE, J. L. B; CARVALHO. G. R. O comércio mundial de lácteos e a participação brasileira. In: LEITE, J. L. B. et al. (Ed.). Comércio Internacional de Lácteos. 2. ed. rev. e ampl. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2009. p. 11-32.



MEZZADRI, F.P. Análise da conjuntura agropecuária safra 2008/09. Disponível em http://www.seab.pr.gov.br/arquivos/File/deral/Prognosticos/leite_0809.pdf. Acesso em 07 de abril de 2011.

NETTO, V.N.; MARTINS, P.C.; ÁLVARES, J.G.; CHADDAD, F.; BARROSO, M. As cooperativas no setor lácteo e seu desenvolvimento futuro. In: ZOCCAL, R.;

NÉRI, M. C.. A nova classe média: o lado brilhante dos pobres. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2010.

SANTOS, G. T., VILELA, D. Produção leiteira: analisando o passado, entendendo o presente e planejando o futuro. In: Anais da XXXVII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Zootecnia. Viçosa, MG, 2000.

SANTINI, G. A.; PEDRA, D. F. B. N.; PIGATTO, G. Internacionalização do setor lácteo: a busca pela consolidação. In: CONGRESSO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47, 2009, Porto Alegre. Desenvolvimento rural e sistemas agroalimentares: os agronegócios no contexto de integração das nações: anais. Porto Alegre: SOBER, 2009. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/831.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2010.

SIQUEIRA, K. B.; ALMEIDA, M.F (2010a). Uma análise crítica da participação do Brasil no Mercosul. Boletim CBLeite nº 12. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite. 2010

SIQUEIRA, K. B.; ALMEIDA, M.F (2010b). Relação dos preços do leite em pó integral no mercado internacional. Boletim CBLeite nº 11. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite. 2010.

SIQUEIRA, K. B.; PINHA, L. C.; CARNEIRO, A. V.; CARVALHO, G. R. Vantagens comparativas do Brasil no comércio internacional de lácteos. Boletim CBLeite nº 10. 2010. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite.

SIQUEIRA, K.B.; LINHARES, L.F.; HOTT, M.C.; FONSECA, L.A.M. Protecionismo no mercado lácteo. Boletim CBLeite nº 13. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite. 2010.

SISTEMA AliceWeb, SECEX/MDIC, Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 20 de abril de 2011.

UNCOMTRADE. 2011. United Nations Commodity Trade System. Disponível em: <<http://comtrade.un.org>>. Acesso em: 25 abril. 2011.

USDA. United States Department of Agriculture. 2011. International Dairy Market News Reports. Disponível em:



<http://www.ams.usda.gov/AMSV1.0/getfile?dDocName=STELPRDC_5081840>. Acesso em: 08 abril. 2011.

WORLD BANK GROUP databases. Disponível em <<http://data.worldbank.org/>>. Acesso em 04 de maio de 2011.

YAMAGUCHI, L. C. T.; MARTINS, P. C.; CARNEIRO, A.V. Produção de leite no Brasil nas três últimas décadas. In: GOMES, A. T.; LEITE, J. L. B.; CARNEIRO, A. V. O agronegócio do leite no Brasil. Juiz de Fora: Embrapa-CNPGL, 2001. P. 33-48 .